

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

3.1.1. Baixa de Projetos de Lei

- Projeto de Lei 1121| XIII| 4, PAN, Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas
- Projeto de Lei 1120| XIII| 4, PCP, Plano extraordinário de alojamento temporário para estudantes no ensino superior público
- Projeto de Lei 1117| XIII| 4, PCP, Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento do ato académico

3.1.2. Calendário para a apreciação e votação na especialidade das propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva (conforme acordado no GTEE):

3.1.3. Baixa de Projeto de Lei n.º 1171/XIII/4.ª (PAN) Clarifica o regime de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior

3.1.4. 3.ª audição regimental do Senhor Ministro da Educação e por requerimento do PCP

4. Audição da ABIC – Associação de Bolseiros de Investigação Científica, por requerimento do GP PCP, sobre a realidade do emprego científico - 10h00

5. Relatório sobre a COM(2019)65 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições para o prosseguimento das atividades de mobilidade para fins de aprendizagem em curso no âmbito do programa Erasmus+, no contexto da saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte («Reino Unido») da União Europeia

6. Apreciação e votação da pronúncia da Comissão sobre a Proposta de Lei n.º 187/XIII/4.ª (GOV) – “Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo

7. Outros Assuntos

8. Data da próxima reunião

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de atas

Este ponto foi adiado a pedido do PS.

3. Comunicações do Presidente

3.1.1. Projetos de Lei

- Projeto de Lei 1121 | XIII | 4, PAN, Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas
- Projeto de Lei 1120 | XIII | 4, PCP, Plano extraordinário de alojamento temporário para estudantes no ensino superior público

- Projeto de Lei 1117| XIII| 4, PCP, Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento do ato académico

Foi acordado adiar este ponto por uma semana, tendo intervindo a Deputada Ana Mesquita (PCP) e o Deputado Porfírio Silva (PS).

3.1.2. Calendário para a apreciação e votação na especialidade das propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva (conforme acordado no GTEE):

A proposta de tramitação na especialidade desta iniciativa foi aprovada, nos seguintes termos:

- o Propostas de alteração até dia 22/03
- o Distribuição do mapa comparativo das propostas a 25/03
- o Votação indiciária no GTTE no dia 28/3, após o Plenário
- o Votação na Comissão no dia 2 de abril

3.1.3. Baixa do Projeto de Lei n.º 1171/XIII/4.ª (PAN) Clarifica o regime de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior

Esta iniciativa ficou a cargo do Grupo Parlamentar do PS; que ficou de indicar o nome do Deputado relator.

3.1.4. 3.ª audição regimental do Senhor Ministro da Educação e por requerimento do PCP

Foi acordado reagendar a data desta audição para o dia 24 de abril (de manhã), tendo intervindo, a este respeito, além do Presidente, a Deputada Ana Rita Bessa (CDS), Porfírio Silva (PS) e Ana Mesquita (PCP).

3.1.5. Petição n.º 582/XIII/4.ª, de João Filipe do Carmo Vieira - Solicita a não-discriminação e a reposição da legalidade democrática em relação a vários aspetos da sua carreira de professor do ensino secundário

Tendo esta petição sido indeferida liminarmente na reunião de 13 de março, serviu esta comunicação apenas para aclarar e reiterar os termos em que foi feito, ou seja, no âmbito da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei do Exercício do Direito de Petição, por o objeto da mesma não se enquadrar nos poderes da Assembleia da República.

4. **Audição da ABIC – Associação de Bolseiros de Investigação Científica, por requerimento do GP PCP, sobre a realidade do emprego científico - 10h00**

O Presidente da Comissão deu as boas vindas aos membros da delegação da ABIC, composta pela Dr.ª. Sandra Pereira (Presidente) e pelo Dr. Nuno Peixinho, dando de seguida dado a palavra ao Grupo Parlamentar do PCP, enquanto requerente.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por justificar o requerimento nas afirmações do Ministro da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, de que haveria pleno emprego entre os doutorados.

Identificou, de seguida, algumas questões sobre as quais gostaria de ouvir a ABIC:

- A carta da ABIC, contestando as afirmações do Ministro (Manuel Heitor);
- Números do Observatório do Emprego Científico, que contrariam a visão de pleno emprego do Ministro;
- Situação do PREVPAP, que está muito longe de estar resolvida;
- Questão dos investigadores da Universidade do Algarve;
- Laboratórios do Estado (como o LNEC), onde existem problemas de regularização de vínculos;
- Bolsas de doutoramento por pagar há 4 meses;

A ABIC diz que o Ministério vive numa realidade alternativa (confundindo anúncio com concretização), avançando com alguns números que pretendem contestar a afirmação do Governo, considerada uma "afronta".

A ABIC adiantou alguns dados - do Observatório do Emprego Científico -, nomeadamente sobre concursos, bolsas e contratos de doutorados (muitos ainda por formalizar), tendo abordado, entre outras, a questão do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico (também com muitos contratos por assinar); a avaliação das unidades de investigação (prometida no início da legislatura mas que, entretanto, deixou de ser prioridade); colegas com bolsas não financiadas pela FCT (no âmbito do qual deveria ter havido concursos, de acordo com a lei, o que não aconteceu).

Também questionaram o sucesso do PREVPAP para as carreiras especiais (como docência e investigação), dizendo que se mantêm altos níveis de precariedade a este nível e taxas de aprovação "demasiado baixas para ser normal".

E apresentou uma série de outras situações que mostram a precariedade dos investigadores e que, segundo explicou, contrariam a ideia veiculada pelo ministro.

A solução, na opinião da ABIC, é a integração de todos os investigadores (independentemente do grau e da respetiva carreira).

A Deputada Nilza de Sena (PSD) acompanhou as críticas da ABIC em relação à precariedade do emprego na investigação científica, considerando ser este um ministro da "ficção científica".

Sobre os dados apresentados pela ABIC na audição, diz que estão também patentes na última informação (de 25 de fevereiro) do Observatório do Emprego Científico. E considera ter sido esta uma legislatura vazia nesta área.

Segundo notou, o Programa de estímulos ao emprego científico não responde às necessidades, o mesmo acontecendo com o PREVPAP, nomeadamente por via da falta de financiamento, cuja taxa de aprovação anda à volta dos 35%.

A Deputada lembrou também os atrasos no pagamento das bolsas, questionando-se: “estas pessoas vivem do quê?”

Também referiu as duas cartas assinadas por vários cientistas, onde se traça um quadro de precariedade, distinto da ideia de pleno emprego nesta área.

O Deputado Porfírio Silva (PS) considera que nem tudo está bem no emprego científico, e reconheceu que, porventura, o trabalho nesta área se terá revelado mais difícil do que se pensava no início da legislatura.

Disse que este Governo pôs a questão do emprego científico na agenda (não como narrativa mas como política alternativa à prosseguida pelo Governo anterior).

Quanto ao PREVPAP, sublinhou que falar de taxas de aprovação não é evidente, sendo preciso interpretar o que isso significa em termos reais. Disse que o PREVPAP inclui também as carreiras especiais na ciência e na docência, mas para aquelas situações que estão definidas no PREVPAP, entendendo o PS haver uma complementaridade entre o diploma do emprego científico e o do PREVPAP.

Quanto aos atrasos nas bolsas, considera não se dever confundir o momento do anúncio da bolsa (a sua comunicação) com o início do contrato.

Por fim, deixou duas questões à ABIC: i) uma relacionada com a análise que fazem do ritmo com que estão a ser formalizados os contratos que faltam, designadamente ao abrigo da norma transitória; outra sobre a dinamização do mercado do emprego científico, feito, nomeadamente, através do novo diploma dos graus e diplomas, questionando a ABIC sobre qual a expectativa acerca deste diploma e sobre o que está a acontecer ao nível laboratórios colaborativos em termos de procura no emprego científico.

De seguida, interveio o Deputado Luís Monteiro (BE), que deu exemplos deste trimestre sintomáticos dos problemas do setor: os 4 manifestos em desacordo com a política científica (como o da ABIB, dos investigadores da FCT ou dos investigadores da Universidade do Algarve).

O problema – disse - não é do ritmo a que as coisas estão a acontecer. O problema é das escolhas, como no PREVPAP, por exemplo. E sublinhou que dos mais de 5 mil requerimentos, apenas 170 viram o seu contrato assinado, sendo destes apenas um para a carreira de investigação científica. O problema – insiste - não é de ritmo mas do Governo decidir votar ao lado dos reitores, indo atrás de tudo o que estes pedem.

Quanto ao Decreto-Lei 57, o Deputado Luís Monteiro refere o equívoco da complementaridade entre este diploma e o PREVPAP: isto “é mentira”, nomeadamente porque os investigadores também chumbam no PREVPAP.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS) lembrou as declarações do Presidente da FCT em novembro passado, nas quais realçava haver uma situação de pleno emprego e que até achava que nalgumas áreas não haveria doutorados suficientes para responder à procura para determinadas posições. Tendo o ministro da tutela veiculado recentemente idêntico entendimento.

Notou que, após estas declarações, o Conselho de Ministros veio aprovar o regresso das bolsas de pós doutoramento. E questiona por que razão, não havendo desemprego entre doutorados, se reintroduziram estas bolsas. Como é que a ABIC entende o recurso a estas bolsas?

Sobre PREVPAP e o seu ritmo, questionou a ABIC sobre a viabilidade de se concluir o processo do PREVPAP nos próximos tempos.

Por último, deixou uma referência às cartas abertas, nomeadamente à que foi assinada pela ABIC, na qual referia à Convenção Nacional do Ensino Superior (que se realizou na semana passada), onde depositavam esperanças que servisse para discutir o tema da precariedade. Foram atingidos os objetivos que tinham relativamente a esta convenção?

A Deputada Ana Mesquita (PCP) salientou que há hoje ferramentas que podem minimizar as questões que têm sido debatidas.

Mas o problema de fundo mantém-se, referindo-se ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, acrescentando que, enquanto este subsistir, não se consegue resolver definitivamente o problema da precariedade na ciência. Na sua opinião, muitos dos problemas têm origem neste estatuto, elencando-os: a reposição das bolsas de pós doutoramento, a existência de problemas na aplicação da norma transitória, os atrasos nas bolsas, etc.

É preciso acabar com este estatuto, de investigação e promover a integração na carreira com contratos não precários. Os investigadores produzem trabalho e devem ter contratos em consonância.

Nos casos mais urgentes, o Governo não pode dizer pura e simplesmente que não tem nada a ver com o assunto. Não é admissível que pessoas que deviam estar a receber bolsas a partir de janeiro ainda não tenham começado a receber ou que haja pessoas que estejam à espera há meses do resultado do PREVPAP.

Em resposta às questões colocadas, a ABIC veio dizer, em suma, o seguinte:

- Sobre o PREVPAP, realçam a situação da Universidade do Algarve, que consideram inadmissível, lembrando que o Reitor tinha dado, num primeiro momento, parecer favorável, vindo depois dizer “que se enganou”. Acrescentaram que irão ver como é que o Ministro vai responder ao pedido de reapreciação dos 19 colegas da Universidade do Algarve.

- Ainda sobre o PREVPAP, refere casos de colegas do LNEC e do IPMA, que não têm contrato, apesar dos pareceres favoráveis.
- Sobre o comportamento da FCT, nomeadamente aos vários atrasos. Diz que as direções anteriores da FCT também tinham este problema. E considera que o adiamento do concurso de bolsas para o início do ano não veio resolver os problemas.
- Sublinha também que a questão dos atrasos é agravada por causa da exclusividade. E os retroativos não resolvem a situação, pois as contas têm de ser pagas na altura própria.
- Se a FCT não tem meios humanos, considera a ABIC que o ministro tem de dotá-los, em vez de dizer que é uma das agências europeias com menos gastos.
- Acerca da revisão do Estatuto do Bolseiro, manifestou muitas reservas sobre o caminho que tem sido seguido, nomeadamente sobre a manutenção da figura do bolseiro de pós-doc.
- A ABIC defendeu que, não acabando as bolsas, devia haver subsídio de desemprego.
- Quanto ao diploma dos graus e diplomas e dos laboratórios colaborativos, admite que não tem expectativas muito elevadas e vai ver como vai ser na prática.

5. Relatório sobre a COM(2019)65 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições para o prosseguimento das atividades de mobilidade para fins de aprendizagem em curso no âmbito do **programa Erasmus+**, no contexto da saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte («Reino Unido») da União Europeia

O Deputado relator Porfírio Silva (PS) fez a apresentação sumária do relatório e do seu objeto, focando alguns dos principais aspetos, nomeadamente ao nível do cumprimento do princípio da proporcionalidade e da subsidiariedade. Por outro lado, ao nível da questão substantiva, frisou a importância para as pessoas envolvidas, consubstanciado em alguns exemplos.

A este respeito, interveio a Deputada Ana Rita Bessa (CDS), que agradeceu o trabalho desenvolvido pelo Deputado relator, o mesmo tendo sido feito pelo Presidente da Comissão.

Tendo sido submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, CDS e BE, com a ausência do PCP.

6. **Apreciação e votação da pronúncia da Comissão sobre a Proposta de Lei n.º 187/XIII/4.ª (GOV) – “Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo”**

Este ponto foi adiado a pedido do Grupo Parlamentar do PSD, que informou que o Deputado relator Duarte Marques (PSD) disponibilizaria o relatório ainda durante o dia de hoje.

7. Outros Assuntos

8. Data das próximas reuniões

- 26 de março (3.ª feira) – 15h -
- 2 de abril (3.ª feira) – 15h
- 3 de abril – 18h00 – Café de Ciência – Acesso à água: gerir a mudança
- 10 de abril –
 - 10h00 - Audição do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, por requerimento do PCP, sobre os atrasos de transferência de verbas para as instituições
 - 11h00 - Audição da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, por requerimento do PCP, sobre a falta de pessoal não docente nas escolas
- 23 de abril – 15h00 – Audição Regimental MCTES

A reunião foi encerrada às 11:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de março de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO


(Alexandre Quintanilha)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ilda Araújo Novo
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuel Leitão Marques
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Ângela Moreira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
André Pinotes Batista
Joana Mortágua
Susana Amador

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves

